

SUMÁRIO

Doutrina

Carlos Eduardo Makoul Gasperin - Dividendos isentos: análise crítica do Parecer PGFN/CAT 202/2013, da Instrução Normativa RFB nº 1.397/2013 e da Medida Provisória 627/2013

1. Introdução. 2. Das normas em comento: Parecer Normativo PGFN/CAT nº 202/2013, IN RFB nº 1.397/2013 e MP nº 627/2013 - análise preliminar. 3. Isenção de IR sobre os dividendos pagos/recebidos. 4. Situação atual dos dividendos: IN RFB nº 1.397/2013 e MP nº 627/2013. 5. Conclusão.

7

Daniela Marcellino dos Santos - A legalidade do protesto extrajudicial de créditos tributários

1. Introdução. 2. Procedimentos necessários à cobrança do crédito tributário. 3. O protesto como mecanismo de cobrança extrajudicial da dívida ativa tributária. 4. As principais críticas jurídicas feitas ao protesto extrajudicial da dívida ativa tributária. 5. A legalidade do protesto extrajudicial da dívida ativa tributária. 6. Conclusão.

18

Daniel Hora do Paço e Leonardo Gil Douek - Limite para cobrança e quantificação do ISS - efetiva prestação do serviço

1. Introdução. 2. Esclarecimentos preliminares. 3. Contextualização do problema. 4. Momento da ocorrência do fato gerador do ISS. 5. Capacidade contributiva do agente retentor. 6. Conclusões.

39

Eduardo Maneira e Alexandre Teixeira Jorge - A imunidade tributária do livro comercializado em mídia eletrônica

1. Introdução. 2. Os fundamentos da imunidade dos livros, jornais e periódicos e do papel destinado à sua impressão. 3. Dos critérios de hermenêutica jurídica. A interpretação da imunidade tributária do livro. 4. A tripla função da norma inserta no art. 150, VI, "d", da CF/1988. Necessidade de interpretação que se compatibilize com tais funções. 5. O livro eletrônico como espécie do gênero "livro". Identidade de funções. Máxima efetividade da norma imunizante. Imunidade objetiva que não admite discriminação de caráter subjetivo. 6. A imunidade do livro eletrônico. A inteligência do art. 150, VI, "d", da CF/1988. 7. Conclusão.

46

Florence Haret - Multas tributárias de ofício, isolada, qualificada e agravada - considerações sobre cumulação de multas e sobre o entendimento jurisprudencial dos princípios da proporcionalidade e do não confisco aplicados às multas tributárias

1. Multas indenizatórias e multas punitivas. 2. Multas punitivas: de ofício, isolada, qualificada e agravada. 3. Cumulatividade entre multas tributárias: é possível? 4. Multas tributárias e aplicabilidade do princípio do não confisco. 5. Multa proporcional e não confiscatória: parâmetros de Direito Civil. 6. Proporcionalidade nas multas agravadas. 7. Proporcionalidade nas multas qualificadas: parâmetros do Direito Penal. 8. Posição da jurisprudência. 9. Conclusão.

61

Francielli Honorato Alves - A competência municipal para a criação do cadastro de prestadores de outros municípios como norma antievasiva

1. Considerações iniciais. 2. A competência constitucional dos municípios para cobrar o ISS. 3. O critério espacial do ISS previsto pela LC nº 116/2003. 4. A competência do município para criar deveres instrumentais relacionados ao ISS. 5. O cadastro de prestadores de outros municípios. 6. Os limites constitucionais para a criação do cadastro de prestadores de outros municípios e a definição do caráter antielísivo ou antievasivo dessa norma. 7. Considerações finais.

78

- Heron Arzua* - O ISS: as fundações e as organizações não econômicas
1. A imunidade. 2. A não incidência. 3. Conclusão. 93
- Ives Gandra da Silva Martins* - Elisão e evasão fiscal 102
- Jefferson Marcos Biagini Medina* - Natureza jurídica do crédito e débito no ICMS e suas implicações no ordenamento jurídico
Introdução. 1. A realidade jurídica constituída e propagada pela linguagem do Direito. 2. A natureza jurídica do crédito e débito na legislação tributária geral e do ICMS. 3. Implicações do crédito e débito do ICMS no ordenamento jurídico. Conclusão. 113
- Marcelo de Azevedo Granato* - Inidoneidade documental e crédito de ICMS: o Recurso Especial 1.148.444/MG
1. O Recurso Especial 1.148.444/MG. II. As decisões da Câmara Superior do TIT/SP. III. O REsp 1.148.444/MG e o artigo 23, "caput", da LC 87/1996. 125
- Paulo Coviello Filho* - A impossibilidade da manutenção da multa qualificada do art. 44, parágrafo 1º, da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por julgamento decidido por voto de qualidade, no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
1. O voto de qualidade no Carf. 2. A multa qualificada. 3. A multa qualificada dentro da dicotomia Direito Penal Tributário e Direito Tributário Penal. 4. A impossibilidade de aplicação da multa qualificada em julgamentos decididos pelo voto de qualidade no âmbito do Carf. 138
- Ramon Tomazela Santos* - As regras tributárias de subcapitalização: entre a antielisão e o estímulo à capitalização societária. A influência das teorias econômicas ("trade-off" e "pecking-order") na estrutura de capital das pessoas jurídicas
1. Considerações preliminares. 2. O fenômeno da capitalização. 3. As espécies de subcapitalização sob o prisma do Direito Societário e os seus efeitos nocivos. 4. As consequências da subcapitalização no Direito Societário. 5. Aspectos econômicos da subcapitalização e as teorias do "trade-off" e "pecking-order". 6. A necessidade das regras de subcapitalização e o seu possível efeito indutor: estímulo à capitalização. 7. Conclusões. 147
- Thiago Buschinelli Sorrentino* - Imunidade das entidades assistenciais e filantrópicas sem fins lucrativos após a aparente queda da reserva de lei complementar para dispor sobre a matéria (RE 636.941)
1. Enfraquecimento do critério fundado na reserva de lei complementar para dispor sobre limitações ao poder de tributar. 2. Coordenadas constitucionais: abundância de expectativas, insuficiência de recursos estatais, o grau de liberdade conferido ao voluntarismo privado e a intervenção do estado na determinação da vontade individual (qual o propósito da imunidade?). 3. Resultante das coordenadas constitucionais: proteger e fomentar o voluntariado assistencial. 4. Densificação dos critérios constitucionais. 5. Conclusões. 163
- Parecer**
- Fernando Osorio de Almeida Junior* - Contribuição previdenciária - retenção - dedução de materiais e de equipamentos - comprovação de valores ao tomador de serviços
1. Fatos. 2. Retenção previdenciária. 3. Regime de retenção. 4. Fundamento do parecer da XX. 5. Risco da XX. 6. Conclusão. 178